

As manifestações paulistanas de 2013: futuro da invenção democrática?

Marilena Chaui

A tradição de lutas

Façamos um breve exercício de memória. A cidade de São Paulo (como várias das grandes cidades brasileiras) tem uma tradição histórica de revoltas populares contra as péssimas condições do transporte coletivo, isto é, a tradição do *quebra-quebra* quando, desesperados e enfurecidos, os cidadãos quebram e incendiam ônibus e trens (à maneira do que faziam os operários no início da Segunda Revolução Industrial, quando usavam os tamancos de madeira – em francês, os *sabots* – para quebrar as máquinas – donde a palavra francesa *sabotage*, sabotagem). Entretanto, não foi este o caminho tomado pelas manifestações atuais e valeria a pena indagar por que. Talvez porque, vindo da esquerda, o Movimento Passe Livre (MPL) politiza explicitamente a contestação, em vez de politiza-la simbolicamente, como faz o *quebra-quebra*.

Lembremos também que, nas décadas de 1970 a 1990, as organizações de classe (sindicatos, associações, entidades) e os movimentos sociais e populares tiveram um papel político decisivo na implantação da democracia no Brasil pelos seguintes motivos: 1. introdução da idéia de direitos sociais, econômicos e culturais para além dos direitos civis liberais; 2. afirmação da capacidade auto-organizativa da sociedade; 3. introdução da prática da democracia participativa como condição da democracia representativa a ser efetivada pelos partidos políticos. Numa palavra, sindicatos, associações, entidades, movimentos sociais e populares eram *políticos*, valorizavam a política, propunham mudanças políticas e rumaram para a criação de partidos políticos como mediadores institucionais de suas demandas.

Isso, porém, quase desapareceu da cena histórica como efeito do neoliberalismo, que produziu: 1. a fragmentação, terceirização e precarização do trabalho (tanto industrial como de serviços), dispersando a classe trabalhadora, que se vê diante do risco da perda de seus referenciais de

identidade e de luta; 2.o refluxo dos movimentos sociais e populares e sua substituição pelas ONGs, cuja lógica é distinta daquela que rege os movimentos sociais; 3. sob os efeitos dos programas sociais dos governos Lula e Dilma, o surgimento de uma nova classe trabalhadora heterogênea, fragmentada, ainda desorganizada e que por isso ainda não tem suas próprias formas de luta e não se expressa no espaço público, além de ser atraída e por ideologias individualistas como a “teologia da prosperidade” (do pentecostalismo) e a ideologia do “empreendedorismo” (da classe média), que estimulam a competição, o isolamento e o conflito inter-pessoal, quebrando formas anteriores de sociabilidade solidária e de luta coletiva.

As manifestações de junho de 2013 guardaram da tradição dos movimentos sociais e populares a organização horizontal, sem distinção hierárquica entre dirigentes e dirigidos. Mas, diversamente dos movimentos sociais e populares, tiveram uma forma de convocação que as transformou num movimento de massa, com milhares de manifestantes nas ruas.

O pensamento mágico

A convocação para as manifestações foi feita por meio das redes sociais. Apesar da celebração (por parte de muitos intelectuais) desse tipo de convocação porque derruba o monopólio da informação pelos meios de comunicação de massa, entretanto, é preciso mencionar alguns problemas postos pelo uso dessas redes, visto que este possui algumas características que o aproximam dos procedimentos da mídia:

- é *indiferenciada*: a convocação poderia ser para um show da Madonna ou da Beyoncé, para uma maratona esportiva, etc. e calhou ser por causa da tarifa do transporte público;

- tem a forma de um *evento*, ou seja, é pontual, sem referência temporal ao passado ou ao futuro porque, embora tenha partido de um movimento social (o MPL), à medida que cresceu passou á recusa gradativa do enraizamento sócio-temporal, característico de um movimento social, para se tornar um espetáculo de massa;

- assume gradativamente uma *dimensão mágica*, cuja origem se encontra na natureza do próprio instrumento tecnológico empregado, pois este parece operar magicamente, uma vez que os usuários são, exatamente, *usuários* e, portanto, não possuem o controle técnico e econômico do instrumento que usam. Ou seja, deste ponto de vista, os usuários, embora se expressem, se encontram na mesma situação passiva que os receptores dos meios de comunicação de massa. A dimensão desse uso é mágica porque, assim como basta apertar um botão para tudo aparecer, assim também se acredita que basta querer para fazer acontecer. Ora, além da ausência de controle real sobre o instrumento, a magia repõe um dos recursos mais profundos da sociedade de consumo difundida pelos meios de comunicação, qual seja, a idéia de satisfação imediata do desejo, sem qualquer mediação;

- confere às manifestações a aparência de um *espetáculo de massa* porque, ao se apresentar como uma ação da juventude, fizeram supor que o universo dos manifestantes é homogêneo ou de massa, ainda que, efetivamente, seja heterogêneo do ponto de vista econômico, social e político, bastando lembrar que enquanto as manifestações do centro da cidade forma majoritariamente de classe média, as das periferias não foram apenas de “juventude”, mas de jovens, adultos, crianças e idosos da classe trabalhadora.

Dessa heterogeneidade social uma prova é dada pelo aconteceu na manifestação para comemorar a vitória da revogação da tarifa. Sabemos que o MPL é constituído por militantes de esquerda sem partido e por militantes vindos de partidos de esquerda e que, para assegurar a unidade do movimento, evitou a referência aos partidos e foi às ruas sem definir-se como expressão de partidos políticos. Ora, quando, na comemoração da vitória, os militantes do MPL ligados a partidos compareceram às ruas com suas bandeiras e símbolos foram execrados e espancados, sofrendo repressão violenta por parte de outros manifestantes. Ou seja, não só ficou evidente que não se trata de uma massa juvenil homogênea, mas também que alguns manifestantes praticaram sobre outros a violência que aparentemente haviam condenado na ação da polícia.

Se o ponto de partida das manifestações foi luta pela revogação da tarifa, entretanto, no ponto de chegada passou à crítica da política.

A crítica às instituições políticas não é infundada, mas possui base concreta. De fato, no plano conjuntural, o inferno urbano é, efetivamente, responsabilidade dos partidos políticos governantes e, no plano estrutural, não podemos esquecer que, no Brasil, sociedade autoritária e excludente, os partidos políticos tendem a ser clubes privados de oligarquias locais e regionais, que usam os bens públicos para seus interesses privados. Não menos verdade é que a qualidade dos legislativos nos três níveis é a mais baixa possível e a corrupção é constante, trazendo como consequência a impossibilidade de concretizar a relação de representação porque vigoram relações de favor, clientela, tutela e cooptação. Igualmente fundada é a crítica ao PT por ter abandonado a relação com aquilo que determinou seu nascimento e crescimento, isto é, o campo das lutas sociais auto-organizadas, e ter-se transformado numa máquina burocrática e eleitoral (como têm dito e escrito muitos petistas ao longo dos últimos 20 anos).

Isso, embora explique a recusa da política e dos partidos, não significa, entretanto, que ela tenha sido motivada pela clara compreensão do problema por parte dos manifestantes. Com efeito, a maioria deles não exprimia em suas falas uma análise das causas desse modo de funcionamento dos partidos políticos, qual seja, a estrutura autoritária da sociedade brasileira, de um lado, e, de outro, o sistema político-partidário e eleitoral montado pelos casuímos da ditadura. Em lugar de lutar por uma reforma política radical, boa parte dos manifestantes recusou a legitimidade do partido político como instituição republicana e democrática. Assim, sob este aspecto, apesar do uso das redes sociais e da crítica aos meios de comunicação, boa parte dos manifestantes aderiu à mensagem ideológica difundida anos a fio pelos meios de comunicação de que os partidos são corruptos por essência. Como se sabe, essa posição dos meios de comunicação tem a finalidade de lhes conferir o monopólio das funções do espaço público, como se não fossem empresas capitalistas movidas por interesses privados.

Dessa maneira grande parte dos manifestantes aderiu à perspectiva da classe média conservadora, difundida pela mídia, a respeito da ética. De fato, boa parte dos manifestantes, reproduzindo a linguagem midiática, falou de ética *na* política (ou seja, a mera transposição dos valores morais do espaço privado para o espaço público), quando, na verdade, se trataria de afirmar a ética *da* política (isto é, valores propriamente públicos), que não depende das virtudes morais das pessoas privadas dos políticos e sim da qualidade das instituições públicas enquanto instituições republicanas e democráticas. A ética *da* política, no nosso caso, depende de uma profunda reforma política que crie instituições democráticas republicanas e destrua de uma vez por todas a estrutura deixada pela ditadura, que, de um lado, permite a existência do “caixa 2” nas empresas e nos partidos, financiados secretamente e comprometidos com ações secretamente tramadas à revelia dos eleitores, e, de outro lado, impede que um partido vitorioso para o poder executivo tenha maioria parlamentar, forçando os partidos políticos a coalizões absurdas se quiserem governar, alianças que comprometem o sentido e a finalidade de seus programas e abrem as comportas para a corrupção. Em lugar da ideologia conservadora e midiática de que, por definição e por essência, a política é corrupta, trata-se de promover uma prática inovadora capaz de criar instituições públicas que impeçam a corrupção, garantam a participação, a representação e o controle dos interesses públicos e dos direitos pelos cidadãos. *Numa palavra, realizar uma invenção democrática.*

Ora, ao entrar em cena o pensamento mágico, os manifestantes deixaram de lado o fato óbvio de que, até que uma nova forma da política seja criada num futuro ainda imprevisível, quando, talvez, a política se realizará sem partidos, por enquanto, numa república democrática (ao contrário de uma ditadura) ninguém governa sem um partido, pois é este que cria e prepara quadros para as funções governamentais para concretização dos objetivos e das metas dos governantes eleitos como representantes da vontade da maioria dos cidadãos. Bastaria, por exemplo, que os manifestantes se informassem sobre o governo de Fernando Collor para entender isso: Collor partiu das

mesmas afirmações feitas por uma parte dos manifestantes (dizia ele que partido político é coisa de “marajá” e é corrupto) e se apresentou como um homem sem partido. Resultado: não teve quadros para montar o governo, nem diretrizes e metas coerentes, e deu feição autocrática ao governo, isto é, “o governo sou eu”. Sabemos o que aconteceu.

Além disso, parte dos manifestantes, sem se dar conta disso, está adotando a posição ideológica típica da classe média, que aspira por governos sem mediações institucionais e, portanto, ditatoriais. Eis porque surge a afirmação de manifestantes, enrolados na bandeira nacional, de que “meu partido é meu país”, ignorando, talvez, que essa foi uma das afirmações fundamentais dos totalitarismos para a extinção dos partidos políticos como pluralidade conflituosa e, portanto, democrática.

Assim, em lugar de inventar uma nova política, de ir rumo a uma *invenção democrática*, o pensamento mágico pode erguer uma barreira contra a política, reduzida à figura da corrupção.

Algumas indagações

Do ponto de vista simbólico, as manifestações possuem um sentido importante que contrabalança os problemas acima mencionados.

Não se trata, como se ouviu dizer nos meios de comunicação, que finalmente os jovens abandonaram a “bolha” do condomínio e do shopping center e decidiram ocupar as ruas (já podemos prever o número de novelas e mini-séries que usarão essa idéia para incrementar o programa High School Brasil, da Rede Globo). Também não se trata de irresponsavelmente repetir a afirmação da classe média conservadora de que “o gigante acordou” e “nada será como antes”.

Mas também não se trata de dizer, como fizeram vários intelectuais, que as manifestações resgataram o espírito libertário de 1968. De qual 1968 se fala?

Começemos por uma distinção importante: 1968, no Brasil e em vários países da América Latina, viu o surgimento de movimentos revolucionários

armados, inspirados em Che Guevara, que agiam sob a forma clandestina da guerrilha. Visavam não apenas à derrubada das ditaduras, mas, sobretudo, realizar a revolução socialista. Contra eles, em nosso país, a ditadura promulgou o Ato Institucional nº. 5 e recrudescer o terror de Estado, com prisão, tortura e morte dos presos políticos. Nada nas manifestações de junho de 2013 pode aproxima-las desse 1968.

Há, porém, um outro 1968, provavelmente aquele que serve de comparação para as atuais manifestações. Trata-se do 1968 de Paris, da Califórnia e de Nova York, da Itália e da Inglaterra. O movimento estudantil francês, cujo lema foi “é proibido proibir”, se iniciou contra a repressão sexual na Universidade de Nanterre e, ao se espalhar, ergueu-se contra toda forma de autoridade; o estadunidense, ergueu-se contra a guerra do Vietnã, a repressão sexual, a discriminação e a violência contra as mulheres e a entrada dos jovens universitários no mercado de trabalho capitalista; o italiano e o inglês ergueram-se contra as chamadas instituições totais, isto é prisões e manicômios, ensejando a o surgimento da Anti-Psiquiatria (com Basaglia e Laing) na luta pela Reforma Anti-Manicomial como ação de psiquiatras, psicanalistas e psicólogos. Esse conjunto heterogêneo de posições acabou recebendo o nome de *contra-cultura* por se erguer contra valores, normas, regras e padrões da sociedade capitalista, tendo como principal característica realizar-se como *mudança dos costumes, dos valores e das relações sociais, sem jamais se dirigir aos poderes institucionalmente constituídos*. Ora, os manifestantes de São Paulo se dirigiram prioritariamente às instituições políticas, apresentando reivindicações ao Estado (redução da tarifa, mais verbas para a educação e a saúde, luta contra a corrupção, etc.). Em outras palavras, consideraram o Estado um interlocutor de suas reivindicações. Assim como não propuseram uma revolução socialista (à maneira do 1968 latino-americano), também não propuseram uma revolução cultural, mas reivindicaram ao Estado a concretização de direitos. Portanto, também nada em comum com o 1968 europeu e estadunidense.

Simbolicamente, malgrado eles próprios e malgrado suas afirmações explícitas contra a política, os manifestantes realizaram um evento político: disseram *não* ao que aí está, contestando as ações dos poderes executivos municipais, estaduais e federal, assim como as do poder legislativo nos três níveis. Praticando a tradição do humor corrosivo que percorre as ruas, modificaram o sentido corriqueiro das palavras e do discurso conservador e, por meio da inversão das significações e da irreverência, indicaram uma possibilidade de *invenção democrática*, uma práxis política para repensar o poder.

Justamente porque pode estar aberta a possibilidade de uma *invenção democrática*, algumas observações merecem ser feitas para que fiquemos alertas aos riscos de apropriação e destruição dessa possibilidade pela direita conservadora e reacionária. São provas desse risco o caso das empresas de caminhões promovendo locaute, as manifestações dos médicos contra o Ato Médico (vetado por Dilma) e contra o programa Mais Médicos.

Começemos por uma obviedade: como as manifestações foram de massa (de juventude, como propala a mídia), não *apareceram* em sua determinação de classe social, que, entretanto, era clara: nas periferias da cidade de São Paulo, onde a violência e as exclusões são a regra da vida cotidiana, a composição social das manifestações foi de trabalhadores de todas as idades e com demandas muito precisas; no centro da cidade, como várias pesquisas revelaram¹, os manifestantes eram majoritariamente jovens de classe média que, com exceção da demanda específica pela revogação da tarifa do transporte, fizeram demandas genéricas. Isso significa que uma parte dos manifestantes não vive nas periferias da cidade e não experimenta a violência do cotidiano experimentada pela outra parte.

Diante disso, podemos fazer algumas indagações. Como sabemos, a classe média brasileira, que cresceu e prosperou nos últimos 12 anos, não alterou seus costumes: continua com os filhos em escolas privadas, critica

¹ Uma pesquisa do IBOPE trouxe um dado significativo: 72% dos manifestantes do centro da cidade disseram que estavam muito contentes com suas vidas.

impiedosamente o Prouni e as cotas nas universidades públicas, despreza o SUS e mantém planos de saúde privados. Não é curioso, então, que os jovens paulistanos de classe média se ponham a reivindicar mais verbas para a educação e a saúde? Do que falam quando fazem essa reivindicação? Sabemos também que a classe média é fascinada pelos signos de prestígio e status, como, por exemplo, o apartamento ou a casa em condomínio fechado, o carro importado, as roupas e calçados “de marca” importados, o número de serviçais domésticos, etc.. Assim, não é paradoxal, que os jovens paulistanos de classe média se ponham a lutar contra aquilo que é resultado da ação e dos valores de suas próprias famílias, mas atribuindo o desastre à política corrupta?

Essas indagações não são gratuitas nem expressão de má-vontade a respeito das manifestações de 2013 em São Paulo. Elas têm um motivo político, uma vez que assinalamos anteriormente o risco de apropriação das manifestações rumo ao conservadorismo e ao autoritarismo. Só será possível evitar esse risco se os manifestantes levarem em conta algumas perguntas:

- estão dispostos a lutar contra as ações que causam o inferno urbano e, portanto, enfrentar de fato o poder do capital, isto é, de montadoras, empreiteiras e cartéis de transporte que, como todo sabem não se relacionam pacificamente (para dizer o mínimo) com demandas sociais?

- estão dispostos a rever suas posições acerca do Prouni, do Reuni, do ENEN, do SUS e de todos os programas governamentais de criação e ampliação de direitos?

- estão dispostos a abandonar a suposição de que a política se faz magicamente sem mediações institucionais?

- estão dispostos a se engajar na luta pela reforma política, a fim de inventar uma nova política, libertária, democrática, republicana, participativa?

- estão dispostos a não reduzir sua participação a um evento pontual e efêmero e a não se deixar seduzir pela imagem que deles querem produzir os meios de comunicação?

Em suma, se os manifestantes não levarem em consideração a divisão social das classes, isto é, os conflitos de interesses e de poderes econômico-

sociais na sociedade, não compreenderão o campo econômico-político no qual estão se movendo quando imaginam estar agindo fora da política e contra ela, em lugar de reiventá-la.

O futuro: as redes sociais têm potencial para uma invenção democrática?

A Internet é um ponto de convergência entre uma arquitetura industrial, múltiplas linguagens informáticas e um grande número de práticas intelectuais e cognitivas, econômicas, sociais, políticas, artísticas e de lazer. É uma organização de informações, parte da Rede (a *Web*) na qual o centro está em toda parte e a circunferência em nenhuma, disseminada numa infinidade de máquinas através do mundo. A Internet é um enxame de redes privadas e públicas, institucionais, comerciais, governamentais, associativas conectadas em inúmeros « nós » que formam, como explica Paul Mathias, uma « nebulosa informacional amplamente insondável, diversamente organizada, às vezes aberta e disponível, mas frequentemente fechada e secreta » e que aparece como uma comunicação tecnológica e universal entre as consciências que compartilham opiniões, pontos de vista, experiências, pensamentos, observações, hábitos e mesmo as banalidades da vida cotidiana. A Internet nasce numa infra-estrutura econômica que ela mantém invisível, como ocorre em todas as esferas da sociedade capitalista. Mais do que um instrumento da economia ou uma estratégia econômica, ela é o novo exercício da ideologia da competência ao aparecer como um ambiente universal de informação e comunicação globalmente uniforme, como capaz de trazer proveitos cognitivos, sociais, artísticos e políticos e como instrumento de pesquisa, de tal maneira que seu usuário pode instantaneamente se beneficiar com todos os serviços que a potência de seu dispositivo técnico é suscetível de lhe dar. Na verdade, onde se encontra nossa incompetência? Embora o uso das redes possa envolver usos técnicos diversos, entretanto, nossa experiência reticular está circunscrita a um número restrito de programas aplicativos que permitem as múltiplas operações desejadas em um número limitado de gestos previstos e uniformes em todo o planeta, sem que tenhamos a menor idéia do que são e significam os protocolos informáticos que empregamos.

De fato, “o objeto que cintila na tela” (a expressão é de Paul Mathias) não é um texto ou uma imagem, mas um sistema aplicativo opaco do qual percebemos apenas a interface que utilizamos, sem jamais conhecer sua complexidade técnica, que permanece invisível sob a visibilidade contínua. Ignoramos os procedimentos operatórios que a criaram e a conservam, as leis de sua formação e configuração, sua arquitetura funcional. Em outras palavras, não sabemos onde estamos nem o que fazemos, ocupamos a posição de incompetentes.

Não só isso. Como observa Laymert Garcia dos Santos, o capital global privatiza as telecomunicações, coloniza a rede e faz o loteamento do campo eletromagnético, visando controlar o acesso ao chamado ciberespaço, não sob a forma tradicional da relação de compra e venda com seus clientes, e sim de fornecimento e uso. Trata-se, portanto, de um novo tipo de mercado em que o cliente, ou melhor, o usuário é transformado em mercadoria porque a estratégia de venda não consiste mais em vender um produto para o maior número de clientes, mas em vender o usuário. De fato, os provedores de acesso traçam o perfil do usuário em termos de preferências de acessos (escolhas e rejeições), idade, gostos, etc., perfil que serve de base de cálculo para o valor de tempo de vida em termos de sua virtualidade de acesso e consumo. O indivíduo se reduz a um fluxo de dados que pode ser reorganizado e vendido de acordo com os interesses de potenciais anunciantes os quais, de posse dessas amostras compradas, invadirão os acessos dos indivíduos ao ciberespaço com propagandas já direcionadas para seus gostos. O controle é feito sobre senhas e acessos, organizados como amostras de bancos de dados, bases com que o mercado financeiro se articula com a especulação de possibilidades, isto é, do valor da informação, única mercadoria que conta, tornando-se a medida de todas as coisas, pois para o capital global a informação é a medida quantitativa de tudo.

O sistema digital produz um salto naquilo que surgiu na segunda metade da década de 1990, a chamada *multimídia*, sistema de comunicação que integra diferentes veículos de comunicação e seu potencial interativo. Como explica Caio Túlio Costa, nenhum país tinha condições para, sozinho, dar forma

ao sistema multimídia, uma vez que, em função da escala dos investimentos em infraestrutura, os governos não dispunham de recursos para atuar com independência. Formaram-se consórcios empresariais regionais/globais, com a fusão de companhias telefônicas, operadoras de TV a cabo, operadoras de transmissão de TV por satélite, estúdios de cinema, gravadoras de discos, editoras, jornais, empresas de computadores e provedores da internet, além de novas formas de integração tecnológica (como WEBTV e City Web). O desenvolvimento de um sistema multimídia integrado, porém, não exige apenas gigantescos investimentos em infraestrutura e programação, mas ainda a definição do chamado “ambiente regulador” (isto é, *quem manda em quem e no quê*), dificultado por conflitos e litígios óbvios e previsíveis entre empresas, partidos políticos e legisladores dos governos. Escreve Caio Túlio que, nessas condições, só grupos poderosíssimos, resultantes de alianças entre empresas de armamentos, empresas financeiras, empresas de comunicação de massa, operadoras de comunicação, provedores de serviços de Internet e empresas de computadores estarão em posição de dominar os recursos econômicos e políticos necessários para a difusão da multimídia. Trata-se, pois, de um sistema multinacional, porém decisivamente moldado pelos interesses geopolíticos e econômicos de uns poucos conglomerados ao redor do mundo. E o caso recente de Snowden, ex-funcionário da CIA, relatando a espionagem, o controle e a vigilância que os Estados Unidos exercem sobre todo o planeta, não pode ser ignorado.

Em suma, não se trata de recusar a importância das redes sociais como forma de mobilização social e política, mas também não se trata de considerá-las, em si mesmas e por si mesmas, um instrumento libertário capaz de espontaneamente iniciar uma invenção democrática.